

«As “côres” do Império» Discurso na cerimónia de entrega do Prémio de História Contemporânea – 2005 Patrícia Ferraz de Matos*



Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a presença das individualidades que representam a Universidade do Minho:

Ex.^{mo} Sr. Reitor – Professor Doutor António Guimarães Rodrigues,
Ex.^{mo} Sr. Vice-Reitor – Professor Doutor José Viriato Eiras Capela – também
Presidente do Júri do Prémio,
Ex.^{mo} Sr. Presidente do Conselho Cultural, Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva.

Quero ainda agradecer a presença dos restantes membros do Conselho Cultural, dos familiares do Prof. Doutor Victor de Sá, mentor deste Prémio, dos representantes dos patrocinadores do mesmo, nomeadamente do Governo Civil de Braga, da Fundação Cupertino de Miranda, da Fundação Eng.º António de Almeida e

* Doutoranda no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

das Câmaras Municipais de Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão. Quero deixar também uma palavra de agradecimento aos restantes elementos do Júri do Prémio, Prof. Doutora Irene Vaquinhas e Prof. Doutor António Ventura, e a todos aqueles que vão permitindo dar continuidade a este tipo de iniciativas.

Sinto-me muito lisonjeada e é de facto para mim uma honra receber o Prémio português mais prestigiado no campo da História Contemporânea.

A obra *As "Côres" do Império. Representações raciais no contexto do "Império Colonial Português" nas primeiras décadas do Estado Novo* constitui na íntegra o texto apresentado em 2004 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa para a obtenção do grau de Mestre, sob a orientação científica do Prof. Doutor José Manuel Sobral, a quem agradeço o seu estímulo sempre presente.

A motivação para analisar a problemática da "raça" no contexto do "império colonial português" vem de 1998, altura em que comecei a trabalhar como Assistente de Investigação, a convite da Prof. Doutora Susana de Matos Viegas e do Prof. Miguel Vale de Almeida, e tive a oportunidade de tomar contacto com estes temas. Tive posteriormente a possibilidade de desenvolver e aprofundar o meu interesse científico por eles, pois a problemática do sofrimento, que dá o título ao IV Curso de Mestrado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, permitia acolher um estudo sobre as representações raciais inerentes à discriminação racial, sem dúvida fonte de sofrimento para uma grande parte da humanidade.

Nos últimos tempos, ao nível nacional e internacional, têm surgido organizações e instituições (como a SOS Racismo, a Frente Anti-Racista e a Amnistia Internacional) que têm como objectivo a defesa dos direitos de grupos discriminados. A UNESCO proclamou o ano de 1995 como o Ano Internacional da Tolerância e este foi designado o Ano Europeu da Juventude Contra o Racismo e Xenofobia. O Conselho da Europa promoveu em 1994 uma Campanha Europeia da Juventude integrada num plano intitulado "Todos Diferentes, Todos Iguais". E o dia 23 de Março foi eleito como o Dia Internacional Contra o Racismo.

Fenómenos como a questão da maior ou menor aptidão das "raças" para determinadas tarefas continuam a ser debatidos. Embora no campo científico a ideia de "raça" esteja desacreditada, os preconceitos a ela associados continuam vivos.

Sobre o contexto português têm sido produzidos trabalhos científicos sobre a existência, ou não, de racismo, como as recentes publicações organizadas por Jorge Vala, em 1999, que denunciam o "racismo subtil" dos portugueses. Porém, a nível nacional há ainda uma parca investigação no que diz respeito às representações raciais e, especificamente, as produzidas no âmbito do contexto do "império colonial português".

No âmbito deste trabalho, os nossos objectivos principais foram, por um lado, analisar as representações raciais vinculadas à política do Estado Novo e a sua relação com o contexto internacional, que é simultaneamente o do tempo político deste regime e o da produção de saberes sobre "raça" em Portugal. Por outro lado, pretendemos averiguar se as formulações raciais, que encontramos na primeira metade do séc. XX em Portugal, foram ou não influenciadas pelas teorias raciais dos séculos XVIII e XIX que circulavam pela Europa e pelos EUA.

Em primeiro lugar, pretendemos analisar a fundamentação da discriminação racial a partir de registos sobre a representação dos grupos humanos desde a Antiguidade, passando pelo período do racismo científico, até à contestação científica das teorias raciais. Em segundo lugar, debruçamo-nos sobre os discursos, imagens e "saberes" produzidos nas primeiras décadas do Estado Novo para indagar qual o lugar das colónias e das suas populações no todo que constituía o "império colonial". Por fim, pretendemos analisar o modo como foi exibido o império e imaginada a nação, a partir das representações das colónias e dos "portugueses" de além-mar, nas grandes exposições em que Portugal participou ou organizou.

Neste estudo tivemos em conta essencialmente os trabalhos realizados no âmbito da antropologia, mas também da história – os dois saberes académicos mais envolvidos na elaboração de representações das populações colonizadas. Foi fundamental a análise de mensagens coloniais transmitidas não apenas a partir de textos, mas também de imagens e sons. A divulgação destas, através de vários meios e para diferentes públicos, terá contribuído para a construção de ideias sobre as colónias e os seus habitantes.

Optámos por limitar a nossa análise às primeiras décadas do Estado Novo, por razões de circunscrição temporal e possibilidade de aprofundamento dos temas

tratados, e à análise das representações raciais, e não tanto da discriminação racial ou étnica que, como constatámos, era relativamente generalizada durante o período analisado, sobretudo até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

As fontes primárias utilizadas foram os documentos e livros existentes em arquivos e bibliotecas nacionais, os filmes e documentários e, por último, as entrevistas e as memórias daqueles que cordialmente aceitaram colaborar com esta investigação. Como fontes secundárias destacamos os trabalhos de literatura científica, quer estes digam respeito às problemáticas globais da “raça” e das representações de diferentes grupos humanos ao longo do tempo, quer se reportem especificamente às populações do “império colonial português”.

Sendo Portugal um país colonial, algumas das teorias raciais produzidas nos séculos anteriores ao século XX foram aplicadas às populações ultramarinas. A partir dos finais do séc. XIX começaram a desenvolver-se “saberes coloniais”, tendo tido um lugar de destaque os de âmbito antropológico. Por outro lado, o início do séc. XX – e principalmente as décadas de 30 e 40 – foi marcado por uma grande produção intelectual e de propaganda relativamente às colónias. É nesta altura que surgem vários exemplos de literatura, publicações periódicas, postais, filmes, exposições e outros eventos relativos à temática colonial. No sentido de dar conta dos “saberes coloniais”, que estavam a ser produzidos no país, foram organizados também vários congressos, em que a temática colonial era a principal ou uma das principais, e onde se procurou revelar alguns conhecimentos sobre os “tipos humanos” das colónias e os seus “usos e costumes”.

Ao nível da produção iconográfica realizada no âmbito das exposições, alguns cartazes evidenciam a diferença de “côres” e os traços fenotípicos de cada um dos “tipos” humanos que fazem parte do “império português” ou de outros. A “côr”, enquanto elemento tido como objectivo e natural, reenvia-nos, contudo, para a “raça” – uma ideia mais abstracta e pretensamente científica. Para além da “côr”, e do exagerar dos traços fenotípicos, são adicionados a essas “figuras” adereços no sentido de as identificar melhor. O facto de os nativos poderem surgir mais ou menos despidos podia indiciar também o seu estágio de civilização.

Era em África que estava a ser feito o maior investimento, sobretudo em Angola e Moçambique, não só pela vastidão destes territórios, como pelas suas riquezas naturais, com os nativos incluídos. Normalmente, é destacada a robustez das populações coloniais africanas, consideradas elementos preciosos ao nível de mão-de-obra. Delas pouco se sabe e, frequentemente, são descritas como “raças” “bizarras” e “multicoloridas”. Uma vez procuram distinguir-se os caracteres fenotípicos das populações como se de facto fossem muito diferentes entre elas, mas outras reconhece-se que alguns “traços somáticos” se confundem e não é possível saber quais serão de um ou de outro “tipo”. Além disso, é comum associarem-se a determinados caracteres fenotípicos diferentes aptidões e comportamentos. Por vezes, é feita a distinção entre homens e mulheres dentro do mesmo grupo. Práticas como a tatuagem, a circuncisão ou a feitiçaria, são consideradas por alguns autores absurdas.

Existem aspectos destacados em todas as exposições. É o caso da obra de evangelização e ensino das missões, da assistência médica e do combate às doenças tropicais. Apesar da ideia que se faz passar acerca do investimento que se estava a realizar em África, e principalmente em Angola e Moçambique, vamos encontrar uma grande desigualdade ao nível do tratamento dado às populações nativas e aos colonos. Foi o que verificámos, por exemplo, a partir dos dados divulgados na Exposição Colonial Internacional de 1931, em Paris, sobre o investimento que era feito ao nível do ensino primário, secundário e profissional em Lourenço Marques. Uma ideia frequente é a de que era sobretudo no ensino profissional dos nativos que mais se estava a investir. No entanto, como demonstra esse exemplo, apesar do número de nativos inscritos nesse ensino ser 27 vezes superior ao número de colonos (“brancos”), o investimento no ensino dos “brancos” era quase o triplo do que o despendido no ensino dos nativos.

Nestes eventos também eram apresentados estudos de antropologia física, baseados em mensurações e tabelas, cuja classificação é inspirada nos teóricos raciais de finais do século XIX, e esqueletos ou moldes do crânio. Cada um desses “tipos” era a exemplificação do seu lugar na humanidade e no “império português”, um lugar inferior ao dos colonizadores.

Em conclusão, podemos dizer que as teorias raciais que circularam no campo intelectual – em particular, entre os finais do séc. XIX e as primeiras décadas do

séc. XX, – foram influentes em Portugal. “Raça” é um vocábulo polissémico ao qual se atribuíram significados diversos, consoante os contextos e os autores que o utilizam. Embora o sentido dado por diversos autores possa variar, ele tem subjacente uma postura etnocêntrica (assim como eurocêntrica e nacional), segundo a qual quem conduz a análise se encontra numa posição superior que é a da sua própria “raça”.

Foram sobretudo os estudos dos antropólogos e biólogos do séc. XIX, que vieram na “raça” um critério de diferenciação, que vieram influenciar o desenvolvimento das práticas antropológicas em Portugal. O modelo de referência a partir do qual foram avaliados os nativos foi dado pelo “branco” (cidadino), ao nível das suas medidas físicas, “cor” ou comportamento, pois este representava a “normalidade” a partir da qual eram catalogados todos os outros humanos. Lembre-se que este contexto (até ao fim da II Guerra Mundial) não é só o do questionamento do valor explicativo do factor racial; é também o da afirmação da sua valia.

No Acto Colonial (1930) foi institucionalizada a ideia de “império” e foram integrados os princípios orientadores da política colonial que determinaram a diferença entre “cidadãos”, “assimilados” e “indígenas”. Os nativos de Angola, Guiné e Moçambique passaram a ser “indígenas”, enquanto os de S. Tomé e Príncipe e Timor adquirem esse estatuto em 1946. Já os de Cabo Verde, Macau e Índia não chegam a adquirir tal estatuto e foi-lhes reconhecido desde sempre uma posição social mais elevada. Contudo, nas exposições todos, sem excepção, são considerados “indígenas”.

A referência às colónias era quase inexistente nos “livros de leitura”, apesar de iniciativas como as “semanas das colónias”, os cruzeiros, ou o intercâmbio escolar entre alunos da metrópole e das colónias. Nestes manuais destaca-se a distinção entre “selvagens” e “civilizados”, a partir da valorização de aspectos da sociedade ocidental e da associação que é feita entre “religião” e “civilização”. A ideia de que os nativos podem ser civilizados encontra-se sobretudo nos textos dos missionários que assim procuravam conferir sentido à sua obra. Nos filmes encontrámos uma representação que integrava na noção de território nacional as colónias, mas nunca se fala em interacção cultural ou algo aproximado. Os nativos são sempre personagens secundárias ou ao serviço dos colonos.

No campo do discurso escrito das elites portuguesas, encontrámos ideias recorrentemente associadas às populações colonizadas. As mais comuns reportavam-se ao atraso, preguiça, lascividade, desleixo, poligamia, superstição sem fundamento, folia excessiva, proximidade com o mundo animal e/ou parecença com o macaco, irracionalidade, espírito guerreiro, canibalismo, robustez, infantilidade ou hiper-sexualidade. Apesar de muitas vezes consideradas sexualmente permissivas, as africanas também podem ser associadas à maternidade e aos sentimentos positivos por ela despertados.

Outra ideia comum é a de que os nativos só poderiam evoluir social, material e moralmente em contacto com o europeu. Porém, o "contacto" com a civilização, conducente à criação de elementos novos podia ter efeitos destrutivos. O mestiço era um ser ambivalente entre o mundo dos brancos e o dos negros. Para alguns académicos, ele representava uma ameaça e, por isso, a miscigenação devia ser evitada. Contudo, um dos tópicos frequentemente associados à colonização portuguesa, é o de que os portugueses não são racistas e, sobretudo durante o período colonial, não estabeleceram barreiras raciais com outros povos, havendo neles uma certa originalidade.

Com a vinda dos nativos para a Exposição do Mundo Português em 1940, procuraram mostrar-se todos os "tipos" humanos do império; porém, essa variedade quase desaparece depois para dar lugar não ao "tipo" angolano ou timorense, mas sim ao "tipo indígena". No entanto, embora tratados genericamente como "indígenas", eles podiam ser colocados em distintos estratos civilizacionais. No estrato mais baixo os angolanos, os moçambicanos e os guineenses. Depois os são-tomenses que, embora fossem fruto de vários cruzamentos, e portanto potencialmente mais próximos dos brancos, eram considerados preguiçosos, sendo necessário mandar vir mão-de-obra de outras colónias. Em seguida, surgiam os cabo-verdianos, na sua maioria mestiços, que já tinham incorporado elementos da "civilização" (língua, trajes, prática do catolicismo e outros elementos que denunciavam a sua "assimilação"). Acima de todos os africanos estavam os timorenses.

No entanto, aos povos das ilhas asiáticas, e também aos timorenses, eram associadas práticas guerreiras que lhes retiravam a elegância e a sofisticação que era encontrada nos povos da Índia e de Macau. A existência dos nativos de

Macau e da Índia é tornada exótica e considerada muito diferente da europeia; no entanto, é talvez também porque os africanos pareciam estar muito longe dos europeus, mesmo em termos de "côr", que os asiáticos eram considerados mais próximos dos europeus.

No processo de civilizar e evangelizar as populações "exóticas" e "atrasadas" ocorre um paradoxo. Por um lado, defendia-se a necessidade de proteger os "usos e costumes" dos nativos; por outro, alertava-se para o interesse de conduzir os nativos a um processo assimilatório. Quem organizava as exposições seleccionava nativos que denunciasses um estágio de civilização não só reconhecido nas suas comunidades de origem, como também pelos portugueses (pelo facto de se vestirem "à europeia", por exemplo). Contudo, os nativos escolhidos deveriam indiciar um estágio de civilização diferente e anterior ao representado pelos portugueses, não só pelo facto de serem considerados mais "atrasados" como pelo facto de serem exóticos. Tal modo de os representar devia ser ilustrativo do muito que ainda havia a fazer nos territórios ultramarinos, sobretudo entre os africanos. A colonização encontra uma justificação no processo de evangelização e civilização – torna-se necessária e desejável.

Para terminar, gostaria ainda de referir o facto de considerarmos que as questões tratadas neste trabalho continuam a ser pertinentes neste tempo pós-colonial, sobretudo tendo em conta os problemas sociais não resolvidos e as ideias discriminatórias que, de vez em quando, apesar de as podermos tomar inicialmente como esquecidas, insistem em brotar. Os preconceitos associados às representações raciais continuam vivos, apesar da contestação científica de que o conceito de "raça" tem sido alvo. Esperamos assim que, ao termos investigado sobre um passado relativamente recente, possamos contribuir para uma melhor percepção de problemas actuais.

Obrigada a todos os presentes pela atenção dispensada.